

SINTPq inicia campanha de sindicalização nas empresas da base

A direção do sindicato começou 2019 com novas ideias e projetos para aprofundar as relações com a categoria. Uma delas será a campanha #SINTPqSemprePresente, que terá início em fevereiro. O sindicato visitará empresas da base para realizar plantões de dúvidas, conversar com os trabalhadores e registrar novas sindicalizações.

As datas e locais da atividade em cada empresa estão sendo definidos e serão divulgados em breve. Se você tem dúvidas sobre o Acordo Coletivo de Trabalho, questões trabalhistas, negociações em outras empresas e assuntos relacionados, poderá conversar diretamente com diretores do SINTPq durante as visitas. O sindicato também estará aberto para ouvir sugestões, críticas e opiniões dos profissionais da base.

Com o fim da contribuição sindical obrigatória, a ampliação do quadro de associados e associadas é fundamental para que o SINTPq consiga manter sua atuação.

Prestigie a campanha e venha conversar com o sindicato. Se você já é sócio ou sócia, converse com seus colegas de trabalho e ajude o SINTPq a fortalecer sua representatividade na categoria.



Materiais de divulgação estarão disponíveis e os trabalhadores poderão se associar na hora



Diretores estarão disponíveis para tirar dúvidas e ouvir sugestões



O que já conquistamos na categoria?

Muitos dos benefícios praticados hoje nas 35 empresas representadas pelo SINTPq foram garantidos graças ao constante trabalho de diálogo com os funcionários e negociação com as empresas. Como exemplos desses benefícios, considerando todas as empresas, podemos citar:

- Reajustes salariais anuais (muitas vezes com ganhos acima da inflação)
- Auxílio Refeição e Auxílio Alimentação
- Auxílio Creche
- Licença maternidade de 180 dias
- Licença paternidade de 20 dias
- Pagamento de periculosidade
- Plano de saúde
- Previdência complementar
- Estabilidade pré-aposentadoria



PEC 300: A nova ameaça aos direitos trabalhistas

No dia 9 de janeiro, o deputado federal Luiz Fernando Faria (PP) deu parecer favorável à admissibilidade, por parte da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 300/2016. De autoria do deputado Mauro Lopes (MDB-MG), o texto altera o artigo 7º da Constituição Federal, retirando mais direitos dos trabalhadores.

Entre as alterações propostas estão a ampliação da jornada diária de trabalho para 10 horas, respeitando-se o limite já estabelecido de 44 horas semanais, sendo "facultada a compensação de horários e a alteração da jornada, mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho".

A proposta também prevê o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho prevalecendo sobre as disposições previstas em lei. Ou seja, consolida-se constitucionalmente o que já foi disposto na "reforma" trabalhista aprovada em novembro de 2017, com o negociado se sobrepondo ao legislado. A PEC 300 também pretende



dificultar ainda mais o acesso do empregado à Justiça do Trabalho. De acordo com o texto, o prazo para se ingressar com uma ação, que hoje é de dois anos, passaria para apenas três meses. O trabalhador também seria obrigado a, antes de impetrar uma ação, ter obrigatoriamente que passar por uma comissão de conciliação prévia.

SINTPq participa de ato em defesa da justiça trabalhista

No dia 29 de janeiro, o SINTPq participou de ato em defesa da Justiça do Trabalho, realizado em frente ao Fórum Trabalhista de Campinas. A manifestação reuniu diferentes sindicatos e entidades atuantes no poder judiciário.

As recentes falas do novo presidente, manifestando interesse em acabar com a justiça trabalhista, foram os principais motivadores do protesto. Além das posições de Jair Bolsonaro, os manifestantes denunciaram uma frequente campanha de difamação contra a Justiça do Trabalho, motivada por interesses patronais.

Ao se pronunciarem, as organizações e coletivos de advogados e magistrados ressaltaram que a Justiça do Trabalho possui um papel civilizatório e, além de garantir os direitos dos trabalhadores, protege os bons empregadores da concorrência desleal com empresas que reduzem seus custos descumprindo a legislação.

O presidente do SINTPq, José Paulo Porsani, destacou os



retrocessos em curso e a necessidade de mobilização: "A destruição dos direitos dos trabalhadores e das garantias sociais do trabalho passa pelo desmonte e enfraquecimento dos sindicatos, pelo fim do MPT (Ministério Público do Trabalho) e da Justiça do Trabalho. Somente ações de mobilização como a de hoje poderão enfrentar um governo que é claramente contra os direitos sociais."